

## O “OUTRO” DEUS

*Gilson Santos*

Nos anos recentes, tanto no Brasil quanto em outros contextos, verifica-se, entre igrejas e líderes no meio evangélico/protestante, um crescente movimento em busca de um outro Deus. Um Deus que seja bem diferente daquele que a “fria ortodoxia cristã” tem apresentado, desde os primeiros concílios ecumênicos e passando pelas confissões reformadas. Na estima de alguns teólogos contemporâneos, a teologia cristã ortodoxa e reformada não tem a devida compaixão. O “outro” Deus que ela tem confessado não lhes é simpático, e parece-lhes desprovido de entranhas. E, de fato, lá no fundo, também os cristãos que têm confessado este tipo de teologia carecem de melhor coração, pois não há como separar, nesse caso, o confessor de sua confissão.

Deve ser dito que não se trata apenas de que os teístas revisores tenham suas dúvidas e inquietações. Quem não as tem? Trata-se de muito mais do que experimentar algum tipo de conflito interior, ou de ter a mente inquieta pululando e fervendo com muitas indagações, divagações e elucubrações. Não se trata apenas de estar em luta pessoal com algum postulado escolástico ou dogmático. O que já temos diante de nós não é o registro recluso de um diário, ou algo equivalente a vôos inquietos de solitárias aves de arribação. Nem mesmo se trata de crises dos corredores seminariais, ou discussões reservadas de monges-teólogos na torre de marfim. Trata-se, sim, de que tais revisores estão rejeitando as antigas certezas e, de forma pública e determinada, substituindo-as por suas novas definições. Há muito que já não estamos meramente no terreno das perguntas; estamos, na realidade, ouvindo a decidida proposição de novas respostas, que são reiteradamente defendidas aqui e ali. E, buscando companhia, a estão encontrando. Portanto, nada há de misantrópico nesse atual exercício a que temos assistido.

E aqueles que fazem a defesa da “fria e ortodoxa” posição cristã? Alguns dentre estes têm sido desdenhosamente chamados de “guardiões da fé”, “patrulheiros implacáveis”, “desafetos enfurecidos”, “caçadores de bruxas”, “proponentes de rótulos”, “escriturários do Índice”, e “inquisidores do Tribunal do Santo Ofício”. Além disso, já têm sido adjetivados de tacanhos, unilaterais, de não gostarem de poesia e nem apreciarem a arte, e de flutuarem em sua arca-de-noé, alheios e insensíveis à cultura ao redor e aos clamores de sua geração. São tidos como desencarnados e desnacionalizados, encontrando-se entorpecidos pela falta de criatividade, e a repetir, *ad nauseam*, “verdades das teologias sistemáticas”. Seus dutos estariam entupidos e suas vias aéreas sem oxigênio.

Uma característica de nossa geração tem sido a mania de inovar a qualquer preço e sistematicamente discordar dos pensadores que antecederam o nosso tempo “iluminado”, em alguns casos somente pelo temor de nada dizer de novo. Essa é uma atitude muito frequente entre os teólogos, do século XIX até os dias de hoje. É claro que isso não significa que o labor teológico se deva esclerosar em repetições, nem que sua tarefa esteja encerrada. Essa não é uma realidade esgotável, e cada um de nós deve resolver, por si só, cada problema, cada

dilema, em nossa própria linguagem, em sua tentativa, incessantemente renovada, de conhecer a Deus e de explicar o homem e o mundo. Essa é uma tarefa que cada geração e cada pessoa têm de realizar. Certamente, situações e contextos específicos podem exigir que antigas questões sejam reexaminadas completamente. E, como escreveu o filósofo Henri Gouhier (1898-1994), “se velhas soluções são boas, encontrar-se-ão de novo necessariamente, mas numa linguagem que não parecerá nem morta nem estrangeira”.

Fato é, porém, que teólogos, filósofos e pensadores ferozmente individualistas, do tipo hoje transitoriamente representado pelos existencialistas, têm investido contra a teologia cristã ortodoxa, acusando-a de dogmatismo e rigidez. Esta, contudo, não teme as investidas daqueles e não se opõe a uma respeitosa confrontação, tanto mais largas são suas vistas quanto mais firmes suas bases. Feita uma consideração profunda e honesta da teologia cristã ortodoxa, poderemos ser ajudados, por nossos irmãos do passado, a ver com os nossos próprios olhos – depois do que ela nunca mais nos parecerá fria e inerte. Deveríamos nos aproximar dela com o respeito e a grata consciência de que devemos grandemente a ela a visão de mundo que nos permite, inclusive, a liberdade de até mesmo questioná-la. E - plagiando Ariano Suassuna quando fala da Filosofia - “seria, de nossa parte, uma covardia muito grande abandoná-la, com o que ela tem de majestoso, de impotente e de desesperado também, de ardente, de vigoroso, de sólido, de amor pelo mundo, pela vida e pelo homem, abandoná-la somente por medo ou por um estéril espírito de novidade”.

Talvez você se indague sobre ter ou não alguma responsabilidade quanto a isto. “Isto é algo para os teólogos, e não me diz respeito!”. Você pode preferir a confortável posição de evitar refletir sobre o assunto. Essa é uma opção, sem dúvida. Mas saiba de antemão o seguinte: não existe maneira de escapar à Teologia. A questão é somente saber se a Teologia será consciente ou não, se será verdadeira ou falsa, se será boa ou má, confusa ou clara. Quem recusa a Teologia professa também uma teologia, ainda que não seja consciente dela. Portanto, ignorando ou combatendo, é da teologia que nos valem para ignorar ou combater a Teologia.

Em afoitas e prejudgadas rejeições à fé cristã ortodoxa e reformada, alguns autores contemporâneos vêm, claramente, preferindo endossar uma teologia heterodoxa, oferecendo lastimáveis exemplos de equívocos exegéticos e históricos. E mais: incorrendo em inoportunas simplificações e generalizações, e desenhando caricaturas e rotulações, isto é, justamente aquilo de que se dizem vítimas. E quando isto parte de autores de largo currículo e que, ao longo dos anos, adquiriram grande respeitabilidade, isso se revela profundamente lamentável. O efeito é tanto mais danoso quanto mais se verifica a tendência de muitos de, simplória e emocionalmente, incorrerem naquilo que a filosofia denomina de “falácia genética”, estabelecendo a origem, e não a correspondência, como o teste e o critério da verdade.

Nessas novas revisões que estão sendo propostas, o epicentro de todo o movimento é encontrado na compreensão que seus autores têm de Deus e do homem. E o leitor mais atento poderá perceber que, na realidade, é a visão que alguns autores têm do homem que molda, em grande medida, sua visão de Deus. Poderíamos dizer que, até certo ponto, e sob alguns aspectos, seu Deus foi criado à imagem e semelhança do homem. Minha intenção aqui, portanto, é dedicar, brevemente, alguma atenção à Teologia - e, neste caso, estou me referindo particularmente ao conceito que fazemos de Deus. Nesse mister, contudo, também não escaparei ao “infortúnio” de seguir a nossa “malfadada tradição de citar teólogos

sistemáticos” – a intenção aqui, aliás, é justamente essa, e o farei na maior parte do tempo, sem nenhuma pretensão de originalidade e muito menos de agir intuitivamente.

A idéia central de qualquer religião é a idéia de Deus. O caráter de qualquer religião é determinado mais por seu conceito de Deus do que por qualquer outro conceito. E, como bem salienta J. I. Packer (n. 1926), em sua respeitável obra *O Conhecimento de Deus*, a ignorância de Deus é a raiz da fraqueza da igreja contemporânea. Devemos adorar a Deus, servir a Deus e confiar em Deus, mas o Deus revelado em toda a sua majestade e glória. “Grande é o SENHOR e mui digno de ser louvado; a sua grandeza é insondável” (Sl 145.3). E o apóstolo Paulo lembra-nos que quando os homens mudam a verdade de Deus que lhes é manifesta, substituindo-a por uma concepção rebaixada do caráter divino, perdem o sentido da diferença fundamental entre o Criador e a criatura; sujeitam-se então ao pecado cardinal da idolatria e dão à criatura a adoração que deveria ser dada unicamente ao Criador (Rm 1.19-32; cf. ainda Sl 106.20). E quando o homem degrada a Deus, também degrada a si mesmo (Rm 1.28).

A. W. Tozer (1897-1963), acertadamente, declarou:

A história da humanidade provavelmente mostrará que nenhum povo foi maior do que a religião que adotou, e a história espiritual do homem demonstrará de forma positiva que religião alguma elevou-se acima do seu conceito de Deus. A adoração é pura ou vil conforme os pensamentos elevados ou inferiores que o adorador alimenta em relação a Deus.

Portanto, é muito importante termos noção verdadeira sobre quem é Deus; um conceito correto neste ponto é vital e básico para a vida cristã na prática. No que se refere ao nosso culto, esse conceito tem o mesmo significado que o alicerce tem para um edifício. Onde os alicerces tiverem sido feitos de forma inadequada, ou estiverem fora do prumo, toda a estrutura ficará prejudicada e, mais cedo ou mais tarde, desabarará. Quando se tem uma idéia errônea ou imperfeita sobre Deus, a consequência é cair num erro de doutrina ou falhar na ética ou conduta cristã. As noções erradas sobre Deus logo corrompem a religião na qual se introduzem. Podemos ver isto muito claramente demonstrado na longa carreira de Israel, e na história da igreja também. Um conceito elevado de Deus é tão necessário para a igreja que, quando de alguma forma esse conceito declina, a igreja, seu culto e os seus padrões morais declinam com ele. O primeiro passo da igreja em direção à decadência é quando ela compromete sua elevada opinião de Deus. Nos dias atuais, poucas pessoas ou igrejas têm o senso da majestade e sublimidade do glorioso Deus das Escrituras. Muitos grupos religiosos, mesmo dentro do cristianismo moderno, não estão produzindo pessoas tementes a Deus. Assim, nós estaremos prestando uma grande contribuição aos nossos filhos e às futuras gerações se legarmos a eles um nobre conceito de Deus. O conceito verdadeiro e elevado que podemos obter, sobretudo, nas Escrituras Sagradas, e na pessoa de Jesus Cristo, o Filho de Deus.

Logo de início, o leitor percebe que “amor” (ou conceitos e sentimentos correlatos) é uma nota bastante freqüente nessas novas revisões teístas que estão em curso. E o amor pressupõe “liberdade”, pois só um ser “livre” é capaz de amar. Curiosamente, à semelhança do teólogo alemão Albrecht Ritschl (1822-1889), embora não dispostos a ir tão longe quanto ele, alguns autores contemporâneos propõem que partamos da idéia de que Deus é amor, pedindo que indaguemos “o que é que está envolvido nesta idéia sumamente característica de Deus”. O ponto de partida de Ritschl foi a experiência humana, e não a Palavra de Deus. É comum aqueles que, em algum grau, se alinham nessa tradição e nesse método, arrastarem Deus para

baixo, ao nível do homem, e salientarem a Sua imanência em detrimento de Sua transcendência, e fazerem dEle um ser em continuidade com o mundo. Como resultado final, temos um Deus feito à imagem do homem.

O que dizer do “outro” Deus que tem sido crescentemente recusado? Ao escrever sobre o amor de Deus, A. W. Tozer comenta que “o amor expressa algo que Deus é em Seu ser unitário, assim como as palavras santidade, justiça, fidelidade e verdade o expressam. Pelo fato de ser imutável, Deus sempre age conforme é e, como é uma unidade, Ele jamais suspende um dos Seus atributos para exercitar outro”. O amor de Deus é um amor *santo*. É absolutamente Santo com plenitude infinita e incompreensível de pureza, incapaz de ser diferente daquilo que é. Porque Deus é Santo, os Seus atributos são santos. Tudo quanto imaginarmos pertencer ao caráter e existência de Deus tem de ser imaginado como santo. É a santidade de Deus, acima de tudo, que O torna amável aos que foram libertos do domínio do pecado. A santidade é o padrão de todas as Suas ações. Por isto, a Escritura diz que “o perverso é abominação para o SENHOR” (Pv 3.32), e também que “o SENHOR toma vingança contra os seus adversários, e guarda a ira contra os seus inimigos” (Na 1.2).

É muito mais simpático e agradável falar do amor e do perdão de Deus do que contemplar Seu ódio ardente contra o pecado. Entretanto, ao falar sobre Deus, não se pode ignorar a ira em favor do amor. Uma das heresias mais antigas da igreja é a crença de que o Deus cristão só é um Deus de amor, que não pode sentir ou externar emoções “inferiores”, tais como ciúme e ira. No segundo século, Marcião (m. c. de 160) criou uma grande confusão na igreja, afirmando com veemência que todo o Antigo Testamento devia ser rejeitado como algo não-cristão, porque proclamava um Deus irado. Ele dizia que esse Deus devia ser diferente do Deus revelado no Novo Testamento, onde lemos apenas a respeito do Seu amor. Marcião negou-se a ver que a ira e o amor de Deus são encontrados nos dois testamentos. A ira de Deus é ensinada no Novo Testamento, tanto por Cristo como por Paulo, e manifestada na própria cruz. No século XX, o teólogo britânico C. H. Dodd (1884-1973) diz que “o conceito de ira não aparece nos ensinamentos de Jesus”. Dodd limitou o significado da ira de Deus no Novo Testamento unicamente às conseqüências que seguem as ações pecaminosas: “a ira de Deus não descreve a atitude de Deus para com o homem, mas descreve o processo inevitável de causa e efeito no universo moral”. Entretanto, a verdade que se depreende da Palavra de Deus é que a ira de Deus é tanto um *effectus* quanto um *affectus*, uma qualidade da natureza de Deus, uma atitude da mente de Deus diante do mal.

Este Deus é santo e fez da santidade a condição moral necessária para manter saudável o Seu universo. A primeira preocupação de Deus com o Seu universo diz respeito à sua saúde moral, isto é, sua santidade. O que for contrário a isso irá necessariamente desagradá-LO. Deus terá que banir aquilo que destrói a Sua criação, a fim de preservá-la. Assim, toda a manifestação de ira na história do mundo tem sido um ato santo de preservação. Foi assim no dilúvio nos dias de Noé, no juízo que se abateu sobre Sodoma e Gomorra, e nas muitas outras manifestações de juízo de Deus sobre os homens. A santidade de Deus, a Sua ira e o bem-estar da criação, são coisas unidas, inseparáveis. A ira de Deus é destituída de toda “paixão”, “capricho” ou arbitrariedade. Não é uma “ira egoísta”, nem uma “ira sádica”, nem uma fúria cega e irracional, nem o furioso destempero de um tirano. A ira de Deus é Sua total intolerância pelo que degrada e destrói. “Vede agora que eu, eu o sou, e mais nenhum Deus comigo; eu mato, e eu faço viver; eu firo, e eu saro; e ninguém há que escape da minha mão. Porque levantarei a minha mão aos céus, e direi: Eu vivo para sempre. Se eu afiar a minha espada reluzente, e travar do juízo a minha mão, farei tornar a vingança sobre os meus adversários, e recompensarei aos meus aborrecedores” (Dt 32.39-41). “Fará chover sobre os

perversos brasas de fogo e enxofre, e vento abrasador será a parte do seu cálice. Porque o SENHOR é justo, ele ama a justiça; os retos lhe contemplarão a face” (Sl 11.6,7). As manifestações da ira de Deus não acontecem com nenhum outro propósito que não seja a vindicação dos seus direitos soberanos como Criador (Na 1.2-9). A ira de Deus baseia-se em sua justiça.

Certamente, isto é coisa odiosa à nossa mente contemporânea! Entretanto, um estudo na concordância mostrará que há mais referências nas Escrituras à indignação, à cólera e à ira de Deus, do que ao Seu amor e ternura. A ação divina frente ao pecado não pode ser outra senão de ira, a ira justa e santa de um Deus perfeito. Porque Deus é santo, Ele odeia todo pecado; e porque Ele odeia todo pecado, a Sua ira inflama-se *contra o pecador*. E o pecado não diz respeito apenas ao que o homem faz, mas eminentemente ao que o homem é. O pecado não é uma entidade ou substância autônoma, mas algo arraigado, total e fundamentalmente, à natureza do homem caído. É necessário dizer, porém, e com melhor precisão, que Deus não se ira contra o homem por este ser Homem. De fato, Deus criou o homem originalmente bom, à sua imagem, e conforme à sua semelhança. A ira de Deus se dirige contra o homem, e sobre ele permanece, por ser o homem *pecador*. A ira de Deus é o desprazer e a indignação da divina equidade contra o mal. É a santidade de Deus posta em ação contra o pecado. Do céu se manifestou a ira de Deus quando o Filho de Deus veio a este mundo revelar o caráter divino, e quando essa ira foi demonstrada nos Seus sofrimentos e morte, de maneira mais terrível do que todas as provas que Deus antes dera da Sua aversão pelo pecado. Ao lermos a Bíblia, verificamos que o Senhor declarou: “Pelo que também eu procederei com furor; o meu olho não poupará, nem terei piedade: ainda que me gritem aos ouvidos com grande voz, eu não os ouvirei” (Ez 8.18). Deus é santo, invariavelmente santo. Portanto, Deus odeia o pecado; eternamente odeia o pecado. Daí a *eternidade* do castigo de todos quantos morrem em seus pecados. E, quando alguém diz que a ira de Deus “*nunca* se dirige contra o pecador”, significa dizer que a ira de Deus, destinada ao pecador, nunca poderia recair sobre Cristo. É isto, entretanto, que alguns estão dizendo, com todas as suas implicações.

Homens santos e compassivos, vendo a iniquidade dos reis mundanos, oravam: “Ó SENHOR, Deus das vinganças, ó Deus das vinganças, resplandece. Exalta-te, ó juiz da terra; dá o pago aos soberbos. Até quando, SENHOR, os perversos, até quando exultarão os perversos?” (Sl 94.1-4). Estas palavras não devem ser compreendidas como um pedido de vingança pessoal, mas sim um desejo de ver a equidade moral prevalecer na sociedade humana. A justiça incorpora a idéia de equidade moral, e a iniquidade é o seu exato oposto. O juízo é a aplicação de equidade às situações morais. Todas as razões de Deus vêm de dentro de Seu próprio ser incriado. Desde a eternidade, nada foi acrescentado, nada foi removido e nada mudou em Deus.

Deus “jura” por sua santidade; Deus “jura” por sua ira (Sl 89.35 e 95.11). Assim, o grande Deus pessoalmente recorre à Sua “ira” como uma perfeição igual à Sua “santidade”. A ira de Deus é uma perfeição divina tanto como a Sua fidelidade, o Seu poder ou a Sua misericórdia. Só pode ser assim, pois não há mácula alguma, nem o mais ligeiro defeito no caráter de Deus. Haveria, porém, se nEle não houvesse “ira”. Não somente não há imperfeição nenhuma em Deus, mas também não há nEle perfeição que seja menos perfeita do que outra. Alguns têm sugerido que a ira de Deus é “*circunstancial*” e que “*não é um componente do caráter de Deus*”. Isto transmite a idéia de que preferiríamos que Deus não fosse tal coisa. E aquela forma de pensar pode sugerir a idéia de um Deus sofrendo mudança em relação a Si mesmo, de alguma forma qualquer. Anselmo (1033-1109) já havia dito: “És de tal forma ser unitário e

tão idêntico a Ti mesmo, que não podes, de maneira nenhuma, ser diferente de Ti mesmo; és a unidade em si, indivisível sob qualquer conceito”. E Tozer recorre a Anselmo quando escreve:

Para que um ser moral possa mudar, é necessário que essa modificação se processe em uma das três direções. Ele deverá passar de melhor para pior ou de pior para melhor; ou no caso de a qualidade moral permanecer estável, deverá então mudar intimamente; passando, por exemplo, da imaturidade para a maturidade ou de uma para outra ordem de seres. É claro que Deus não poderia mover-se em nenhuma dessas direções. A sua perfeição elimina completamente tal possibilidade.

(...) Somente um ser composto de várias partes pode mudar; pois, basicamente, a mudança é um deslocamento na relação das partes dum todo, ou a admissão dum elemento estranho à composição original. Deus é auto-existente, portanto não pode ser composto. Nele não há partes a serem alteradas. E por ser auto-suficiente nada, vindo de fora, poderá penetrar no Seu ser.

Tudo que Deus é, Ele sempre foi e tudo que sempre foi e é, Ele sempre será. Nada que Deus tenha dito a Seu respeito será modificado. Deus utiliza-se da mudança como serva, mas Ele mesmo se encontra fora da lei das mutações e não é afetado pelas mutações que ocorrem no universo. O conceito de um Deus em crescimento ou evolução gradual não se encontra nas Escrituras. Tudo que os atributos de Deus eram antes do universo ser chamado à existência, são precisamente o mesmo agora e permanecerão assim para sempre. O propósito de Deus nunca se altera. Uma destas duas coisas faz com que um homem mude de opinião e inverta seus planos: falta de previsão para antecipar tudo, ou ausência de poder para executar o que planeja. Mas visto que Deus é onisciente assim como é onipotente, nunca Lhe é necessário rever Seus decretos. Deus é imutável em Sua veracidade e propósitos, em Sua fidelidade e justiça.

O Deus descrito acima, entretanto, não tem sido mais aceito por alguns autores contemporâneos como o Deus da Bíblia, mas sim como o deus da filosofia aristotélica, ou o deus dos gregos. Logo, você percebe que não é uma revolução desprezível a que está em curso.

No “outro Deus”, nenhum dos atributos contradiz a outro. O amor sem justiça não seria amor. Devido aos nossos pecados, estamos todos sob sentença de morte – sentença essa procedente do confronto da justiça com nossa situação moral. Pela obra expiatória de Cristo, a justiça não é violada, mas satisfeita, quando Deus poupa o pecador. A teologia da redenção nos ensina que a misericórdia atua sobre o homem depois de a justiça ter operado. Davi entendeu isto ao compreender que, para que o Anjo Destruidor cessasse a sua praga mortal, e para que a misericórdia fosse demonstrada, era necessário que se interpusesse o holocausto e a oferta queimada (1 Cr 21). A justa penalidade pelo pecado foi paga por Cristo, nosso substituto, ao morrer na cruz. A justiça de Deus permanece, porém, para sempre, totalmente rigorosa em relação ao pecador. Mas, mediante a fé em Cristo, e somente por isto, a justiça examina a nova situação, justificando o crente; e assim a justiça é imputada aos filhos de Deus.

O homem não regenerado, por sua vez, não crê realmente na santidade de Deus. O conceito que tem do caráter de Deus é inteiramente unilateral. Ele espera que a misericórdia e amor de Deus sobrepujem a tudo o mais. O caráter atribuído aos deuses antigos e do paganismo moderno é justamente o inverso daquela imaculada pureza que pertence ao Deus verdadeiro.

O teólogo Arthur W. Pink (1886-1952) colocou isto da seguinte maneira:

Um Deus inefavelmente santo, que tem a mais intensa aversão a todo pecado, jamais foi inventado por um dos decaídos descendentes de Adão. O fato é que nada torna mais manifesta a terrível depravação do coração do homem e a sua inimizade contra o Deus vivo do que expor diante dele Aquele Ser único que é infinita e imutavelmente santo. A idéia que o homem faz do *pecado* limita-se praticamente ao que o mundo chama de “crime”. Tudo que fica aquém disso pode ser abrandado como “defeitos”, “enganos”, “fraquezas”, etc. E mesmo quando se admite a existência do pecado, apresentam-se escusas e atenuantes.

O “deus” que a imensa maioria dos cristãos professos “ama” é visto como alguém muito parecido com um ancião indulgente, que pessoalmente não tem prazer nas loucuras, mas tolerantemente fecha os olhos para as “indiscrições” da mocidade. Mas a Palavra diz: “... aborreces a *todos* os que praticam a maldade” (Sl 5.5). Mas os homens se recusam a dar crédito a *este* Deus e rangem os dentes quando o Seu ódio ao pecado lhes é enfática e fielmente apresentado. Não, como o homem preso ao pecado jamais teria criado o lago de fogo no qual seria atormentado para todo o sempre, muito menos haveria a probabilidade de ele inventar um Deus santo.

Uma visão otimista do homem, associada a uma pálida impressão acerca do pecado, sempre redundará num comprometimento das noções de justiça e graça de Deus. Graça não é mera “graciosidade”. O Reino da Graça, como definiu Abraham Booth (1734-1806) no seu clássico livro, “é o livre, absoluto e eterno favor de Deus, manifesto na concessão de bênçãos espirituais e eternas a culpados e indignos”. Quando dizemos que uma coisa é “de graça”, queremos dizer que seu recebedor não tem direitos sobre ela, que de maneira nenhuma ela lhe era devida. Chega-se como pura caridade e, em princípio, não é solicitada nem desejada.

Outra verdade que tem sido grandemente comprometida é a da soberania de Deus. Sacrificar a liberdade de Deus em prol da liberdade do homem será sempre um mau negócio. Estará Deus compelido a salvar os que estão determinados a *seguir o seu próprio caminho*? Não há nada no evangelho que se preste a gratificar o orgulho do homem. Ele anuncia que, se não formos salvos pela graça, não seremos salvos de modo nenhum. O evangelho trata os homens como ímpios, condenados e mortos. O evangelho considera a todo descendente de Adão como pecador decaído, corrupto e merecedor do inferno. Não é assim? O espírito de nossa época procura abrandar isto, mas não sem comprometer a verdade bíblica. A Bíblia assevera que todos permanecem diante de Deus como réus sentenciados, transgressores de Sua santa lei, como criminosos culpados e condenados, não à espera de alguma sentença, como alguns autores têm sugerido, mas esperando a *execução* da sentença já passada sobre eles. Queixar-se da parcialidade da graça é suicídio. Se o pecador insiste em que se lhe faça justiça, então o seu quinhão será a condenação em tormento eterno. É isto que lemos na Bíblia ou não?

O argumento de alguns autores chega ao ponto de fazer Deus injusto por não haver Ele demonstrado misericórdia para com os anjos que caíram. Afinal, não são eles também seres morais? O “outro” Deus nunca deixa de ser misericordioso, pois isto constitui uma qualidade da essência divina; mas o *exercício* da Sua misericórdia é regulado por Sua vontade soberana. Tem que ser assim, pois não há fora dEle coisa nenhuma que O obrigue a agir; se houvesse, essa “coisa” seria *suprema* e Deus deixaria de ser Deus. E no raciocínio de alguns autores contemporâneos, esta coisa suprema é aquilo que eles conceituam como “amor”. Este “amor” é Deus! Eis, na realidade, o seu maior axioma.

Estas palavras abaixo sempre me fustigaram, desde quando as li pela primeira vez. Elas me deixam desconfortável. Mas tenho que me render ao testemunho delas. Aliás, elas não foram escritas para me trazer descanso, mas justamente o contrário:

É somente a pura graça soberana que determina o exercício da misericórdia divina. Deus afirma expressamente este fato em Romanos 9.15: “Pois diz a Moisés: Compadecer-me-ei de quem me compadecer, e terei misericórdia de quem eu tiver misericórdia”. Não é a desgraça da criatura que O leva a mostrar misericórdia, pois Deus não é influenciado por coisas alheias a Si mesmo, como nós somos. Se Deus *fosse* influenciado pela miséria abjeta dos pecadores leprosos, Ele os limparia e os salvaria a todos (...) Não, a misericórdia provém unicamente da vontade soberana de Deus.

A misericórdia de Deus nunca se mostra em detrimento da Sua santidade e justiça. Veja Davi orando: “E por tua misericórdia desarraiga os meus inimigos, e destrói a todos os que angustiam a minha alma: pois sou teu servo” (Sl 143.12). Ainda, no Salmo 136.15 lemos que Deus “derribou a Faraó com o seu exército no Mar Vermelho; porque a sua benignidade (ou misericórdia) dura para sempre”. Foi um ato de castigo a Faraó e aos seus exércitos, mas foi um ato de misericórdia para os israelitas. O mesmo princípio se pode ler em diversos lugares da Escritura, tal como em Apocalipse 19.1-3. A bondade de Deus jamais pode assegurar a impunidade dos pecadores; e o abuso que estes fazem dela deve necessariamente agravar a sua culpa e o seu castigo. O amor de Deus não elimina a sua ira; quando esta se defronta com o pecado, converte-se em ira santa, através da qual encontram expressão a sua soberania e a sua justiça. A misericórdia de Deus não exclui a sua ira, porém, em algumas situações, impede que esta alcance sua máxima expressão. Vemos muitas vezes a limitação da ira santa de Deus (Is 54.8,10). Além disto, é afirmado na Bíblia que Deus adia o desencadeamento da sua ira até que os pecadores tenham alcançado certo grau de saturação iníqua, além do qual Deus não deseja que prossigam (Gn 15.16).

Comumente se considera o amor divino como uma espécie de fraqueza amável, uma certa indulgência boazinha; o amor fica reduzido a um sentimento enfermigo, modelado nas emoções humanas. Os israelitas, por exemplo, supuseram equivocadamente que Deus era como eles: indolente e tolerante para com o pecado. Pois bem, a verdade é que nisto, como em tudo mais, os nossos pensamentos precisam ser formulados e regulados por aquilo que é revelado nas Escrituras Sagradas.

O amor de Deus é *imune de influência alheia*. Queremos dizer com isso que não há nada nos objetos do Seu amor que possa colocá-lo em ação, e não há nada na criatura que possa atraí-lo ou impulsioná-lo. O amor que uma criatura tem por outra deve-se a algo existente nelas; mas o amor de Deus é gratuito, espontâneo e não causado por nada nem por ninguém. A única razão pela qual Deus ama alguém acha-se em Sua vontade soberana: “O SENHOR não tomou prazer em vós, nem vos escolheu porque a vossa multidão era mais do que a de todos os outros povos, pois vós éreis menos em número do que todos os povos: mas porque o SENHOR vos amava” (Deuteronômio 7.7-8). Deus amou o Seu povo desde a eternidade e, portanto, a criatura nada tem que possa ser a causa daquilo que se acha em Deus desde a eternidade. Seu amor provém dEle próprio.

A soberania do amor infere-se necessariamente do fato de que nada do que há na criatura o influencia. Portanto, afirmar que a causa do Seu amor está em Deus é outro modo de dizer que Ele ama a quem lhe apraz. Eis sua própria afirmação expressa: "...amei Jacó e aborreci Esaú" (Rm 9.13). Em Jacó não havia mais razão do que em Esaú para ser objeto do amor divino. E neste amor não há mudança nem sombra de variação. Não é regulado por capricho, paixão ou sentimento, mas por princípio. Exatamente como a Sua graça, não reina às suas expensas, mas "pela justiça" (Rm 5.21). O amor de Deus não entra em conflito com sua santidade. Não é mera fraqueza boazinha, nem brandura senil. "O Senhor corrige o que ama, e açoita a qualquer que recebe por filho" (Hb 12.6). O Seu amor é puro, e não se mistura com nenhum sentimento piegas.

Gordon H. Clark (1902-1985) escreveu que "muitíssimas objeções às doutrinas cristãs específicas, objeções à expiação propiciatória ou à Encarnação, originam-se de uma visão não-cristã da natureza de Deus. Os modernistas objetam ao sacrifício vicário porque eles não pensam que Deus seja aquele tipo de pessoa. O deus deles não é o Deus dos cristãos primitivos". O fato é que muitas das objeções que atualmente são levantadas contra a teologia cristã ortodoxa resultam não da falta desta em argumentar bíblica e racionalmente. A razão talvez deva ser buscada em outro lugar. Talvez resultem do fato que a fé ortodoxa e reformada vai à contramão de um universo antropocêntrico, produzindo enormes desconfortos emocionais a uma geração narcisista e hedonista. Neste sentido, a teologia exposta por alguns autores contemporâneos requer uma revolução copérnica: não sou eu o centro das coisas, mas Deus, e eu, como criatura e filho, existo para Ele em lugar dEle para mim. Aí está a causa radical de nossa dificuldade. Fazemos de nós o centro do nosso universo. Nós nos fazemos os seres ao redor dos quais tudo mais gira. Ou, na melhor das hipóteses, quando não queremos ser superiores, também não queremos ser inferiores. Queremos ser iguais, e que Ele nos seja "o mesmo" em termos relacionais. Não seria por isto que o "outro" Deus já não nos serve?

Temos crescido como uma geração acostumada à sátira, ao humor, ao cinismo e ao prazer de rebaixar o solene. Se tivermos de compreender algo da seriedade com que a Bíblia encara o pecado, eis o melhor lugar por onde devemos começar: precisamos apreender algo da avassaladora majestade do Deus vivo. Isaías sentiu o gigantesco peso da verdadeira seriedade do pecado somente quando ficou na presença de Deus (Is 6.1-5). Visto que o pecado é uma transgressão contra esse Deus majestoso e eterno, Isaías clamou instintivamente: "Ai de mim!"

A fé, dos filhos de Abraão, consiste em ouvir de Deus e confiar nEle. E, como Abraão, sabemos que Deus proveu "para si o cordeiro para o holocausto" (Gn 22.7-8). Graças a Deus, por seu Cordeiro, "que tira o pecado do mundo" (Jo 1.29). O Senhor Jesus Cristo foi sacrificado no "altar de bronze", em que eram oferecidas as chamadas "ofertas queimadas". No sacrifício de Cristo não há contradição entre a ira e o amor de Deus, nem entre a sua graça e a sua justiça.

*"Todavia, ao SENHOR agradou moê-lo, fazendo-o enfermar; quando der ele a sua alma como oferta pelo pecado, verá a sua posteridade e prolongará os seus dias; e a vontade do SENHOR prosperará nas suas mãos. Ele verá o fruto do penoso trabalho de sua alma e ficará satisfeito; o meu Servo, o Justo, com o seu conhecimento, justificará a muitos, porque as iniquidades deles levará sobre si"* (Is 53.10-12).

Louvamos, louvamos, Senhor, e adoramos  
A ti, ó Deus-Homem, no céu assentado;  
Que em tempo devido, na terra humilhado,  
Por nossos pecados morreste na cruz.

Louvamos, louvamos, Senhor, e adoramos  
A ti, que a justiça de Deus sustentaste,  
A pena sofrendo por nós merecida,  
A vida depondo pra assim nos remir.

Louvamos, louvamos, Senhor, e adoramos  
A glória divina por ti revelada,  
Que para nós brilha na luz esplendente,  
Fazendo-nos ver a real perfeição.

Em ti concilia-se a santa justiça,  
Que não pode a culpa deixar sem castigo,  
Com a compaixão que por graça recebe  
E exime de culpas o réu pecador.

O Deus-Homem não é, por conseguinte, apenas “o mesmo”; é também “o Outro”. É este Cristo, verdadeiramente Deus e verdadeiramente Homem, que é oferecido no Evangelho. Ao abraçar a Cristo, abraça-se também um Deus. Ao colocar-se diante do Evangelho, inescapavelmente você terá que decidir-se por um Deus.

Qual é o seu?

